

DANIEL PEDRO MULLER
(O MENINO NASCIDO NO MAR) E O OBELISCO DA MEMÓRIA

Manoel Valente Barbas

Resumo: *Existem inúmeros trabalhos históricos sobre Daniel Pedro Muller, mas puntiformes, com lacunas genealógicas, nenhum relato descrevendo o conjunto abrangente de problemas, o nexos entre eles, a atmosfera histórica, humana, geográfica, política, profissional e cultural que cercava a cidade de São Paulo no longo período em que a citada personagem atuou no governo desta região, com o seu longo currículo e o seu legado que nos ficou para sempre. É o que procuramos fazer aqui.*

Abstract: *Although there are numerous historical works regarding Daniel Pedro Muller, they are piercing yet leave genealogical gaps yet to be addressed. They do not describe the comprehensive aggregate of issues, the connections between them, and the atmosphere (historical, geographic, social, political, professional and cultural) that surrounded the city of São Paulo during the prolonged period when Daniel Pedro Muller held government office in this region, building his lengthy curriculum and the legacy that is forever lasting. This article seeks to meet this purpose.*

Fazendo 200 anos de idade, em 2014, há no Centro da nossa Cidade de São Paulo um pequeno monumento ao qual não é dado o valor devido, mas que é o marco mais antigo que temos, do tempo que ainda éramos Colônia de Portugal: marco de uma época e de um personagem histórico, dos mais característicos que tivemos. Trata-se, o monumento, do Obelisco da Memória, junto à Ladeira de mesmo nome que vai do Vale do Anhangabaú à Rua Xavier de Toledo; e, o homem, do militar português, seu construtor, que para cá veio, em 1802, no posto de ajudante de ordens do governador e capitão-general Franca e Horta e que por aqui permaneceu, até morrer, em 1841. Este pequeno monumento representa a movimentação, o impulso, o símbolo de uma época de abertura de mentalidade, de florescimento, de avanço para o interior, não aventureiro ou exploratório, mas de desejo de expandir-se, de progredir, de desenvolver-se, de civilizar-se, de se comunicar objetivamente com outras praças.

Daniel Pedro Muller, figura que deixou rastro físico e histórico na cidade de São Paulo, nasceu no mar, quando os seus pais viajavam da Alemanha (Prússia, na época) para Portugal, no final do século XVIII (**Nota 1**). Alguns documentos históricos existentes fornecem a impressão que esse acontecimento, por demais característico, dá o ponto de partida do que seria a vida dessa personagem tão significativa. No entanto, após pesquisa demorada e cuidadosa, auxiliados pelo genealogista português **Diogo de Paiva e Pona (Nota 2)**, concluímos, pela observação da genealogia de Daniel Pedro Müller, que a sua família laboriosa há muito vinha desenvolvendo atividades produtivas e culturais em Portugal, o que tudo levaria ao resultado surpreendente que realmente teve.

Tão rica de detalhes é a história da vida de Daniel Pedro Müller que resolvemos apresentar as diversas facetas em tópicos, como segue:

a) A situação política, social e intelectual na Europa de então:

- Na Prússia, imperava Frederico II (de 1740 a 1786), também chamado de “O Grande”, um dos famosos “déspotas esclarecidos”; administrador dos mais enérgicos e competentes, que procurou desenvolver a indústria do país, melhorar a justiça e a legislação. Tolerante, recebeu os jesuítas expulsos de Portugal e do Brasil, pelo Marques de Pombal. Governou o seu reino por 46 anos, praticamente em guerra durante 23 e, em paz, outros 23 anos.

- Por outro lado, em Portugal, D. José I (rei de 1750 a 1777), foi também considerado um dos “déspotas esclarecidos”, não só por sua atuação como pela perfeita fusão de seu desempenho com a do primeiro ministro Sebastião José de Carvalho e Melo que veio a ser o conhecido Marquês de Pombal.

- Este notável Marquês já estivera nas cortes da Áustria e da Inglaterra, a serviço diplomático (**Nota 3**). Nascera em 1699. Em 1750, quando morreu D. João V e subira ao trono de Portugal D. José, o então Sebastião José de Carvalho e Melo foi chamado ao governo de Portugal. Ele, que ficara impressionado pelos progressos que observara nesses países estrangeiros, principalmente no que dizia respeito à burguesia, à organização comercial inglesa e ao absolutismo esclarecido que reinava na Prússia, com sua energia e conhecimento, impôs-se diante do rei que praticamente entregou-lhe o governo do país. Logo após, com o terremoto que destruiu parte de Lisboa, em 1755, tornou-se mais autoritário ainda, demolindo edificações, construindo com arquitetura própria, geométrica, uniforme, repetitiva. Em 1758, com o atentado à vida do rei, ele reprimiu cruelmente membros da nobreza portuguesa. Acusou os jesuítas de cumplicidade, terminando por expulsá-los do país e das colônias. Confiscou os extensos bens da Cia de Jesus; tramou, em conjunto com os governos da França

e da Espanha, para a extinção, pelo Papa, dessa Companhia Religiosa. Acontece que o ensino estava a mais de século nas mãos dessa Cia, com padrões bastante antiquados, auxiliados pela Inquisição, que mantinha longe as idéias novas que andavam circulando na Europa. Nesse renascer da cultura portuguesa é que vamos encontrar a família Müller, em suas participações.

b) As atividades da Família Müller:

Azevedo Marques (**ainda Nota 1**), ao tratar de Daniel Pedro Muller, deixa a impressão, como já dito, que com a vinda por mar do casal e com nascimento do filho destes, começava aí a saga dos Muller que viria interessar aos historiadores portugueses e brasileiros, no futuro. No entanto (**Nota 4**), há informações que João Guilherme, pai de Daniel Pedro, já estivera em Lisboa e se casara ali, em 1779, aos vinte sete anos, com Ana Isabel Möller, filha de outro alemão, Henrique Möller, abastado comerciante, nascido em Hamburgo, em 1708. Daniel Pedro era o quarto filho daquele casal. Portanto, o nascimento deste no mar, em 1785, fez parte de uma odisséia bem mais ampla do que os registros históricos havidos sobre a família poderia fazer pensar. E a viagem de João Guilherme Cristiano Müller, pai de Daniel Pedro, à Prússia, com a mulher e certamente os demais filhos, prendia-se à sua formação religiosa/profissional, pois, quando se deu o nascimento de nosso personagem, estava retornando à Lisboa de navio, para ser o primeiro pastor luterano da Congregação Evangélica Alemã. Um homem protestante, em um país essencialmente católico, gozar de projeção junto à Coroa Portuguesa era um fato admirável. Tornou-se, mais tarde, Diretor da Academia Real de Ciências de Lisboa. É bem verdade que, em 1791, ele tenha se convertido ao catolicismo e se naturalizado português (**Nota 4**). Certamente, entre outros fatores, a projeção de que gozava foi devido a seu preparo intelectual/cultural e conduta produtiva e ilibada, como veremos logo abaixo.

Mas, convém lembrar ainda, para mostrar o adiantado educacional da família Müller, que o pai de João Cristiano, João Miguel Muller, avô, portanto, de Daniel Pedro fora professor de matemática na Universidade de Giessen e engenheiro dos Ducados de Grubenhagen e Cadenberg (**Nota 4**). Por aí se vê como a família Muller se conduzia na área intelectual e técnica.

Há ainda registro da participação de João Guilherme Cristiano Muller, posteriormente, na epopéia que foi a transferência da Família Real Portuguesa para o Brasil. Em sua carta a um alto funcionário do Reino (**Nota 5**), ele narra que na noite de 25 a 26 de novembro de 1807, fora acordado por “um correio” (certamente um mensageiro), trazendo ordem superior, de um Ministro do Reino, escrito com a própria letra deste, mandando encaixotar, com urgência, tudo

quanto da Secretaria de Estado estivesse sob a sua inspeção e enviar para bordo da Nau Medusa. E acrescentando que a carga poderia ser seguida com os empregados que quisessem também embarcar. A situação era caótica.

Na mesma carta que narra a correria da noite de 25 a 26 de novembro de 1807, João Guilherme conta que estivera, desde dezembro de 1806, arranjando “uma multidão de livros, mapas, estampas e outros papéis” para o Ministro que o tirara da cama, como acima descrito. Sinal que era conceituado e de confiança no mister profissional/cultural a que se dedicava.

Cumprir registrar que os livros e demais documentos organizados, transportados, sob a supervisão de João Guilherme Cristiano Muller, foram os únicos a serem embarcados para a viagem transatlântica. Os demais, pertencentes à coroa (Biblioteca Régia, principalmente), com sessenta mil peças, ficaram esquecidos no cais, sob forte receio do que poderia sofrer nas mãos dos invasores franceses. Somente em 1811, foi completada a remessa total desses livros para o Brasil, que se deu, então, em três remessas (**Notas 5 e 6**).

Frisamos essa vivência intelectual, cultural, zelosa e eficiente, de João Guilherme Cristiano Muller, para mostrar de onde Daniel Pedro Muller, seu filho, aprendera a ser o funcionário e militar valoroso, empreendedor, criativo e eficaz (**ainda Nota 1**). Como Daniel Pedro Muller, ao crescer, estudara e adquirira cultura e conhecimentos técnicos adiantados, percebe-se que a sua família possuía ideais firmes e resolutos, nesse sentido. Frequentou o Colégio dos Nobres, em Lisboa (fundado pelo Marques de Pombal, em 1761), onde cursou humanidades e matemáticas. Mesmo tendo nascido em 1785, achamos admirável que ele tenha entrado para o Colégio Militar, em 1895, aos dez anos, no ramo de Engenharia.

c) A data do nascimento e a formação intelectual/ profissional de Daniel Pedro Müller:

Como Azevedo Marques (**ainda Nota 1**) diz que Daniel Pedro Muller havia falecido em 1842, com avançada idade, seria de se calcular que teria nascido, pelo menos, na década de 60 ou 70 do século XVIII. No entanto, pela série de indicações sobre essa data, 1785 (**Nota 4**), conclui-se que na época em que Azevedo Marques escrevera a sua obra (1879), a idade de cinquenta e sete anos seria considerada avançada, o que para nós, atualmente, dado o progresso conseguido pela medicina, se torna motivo de incompreensão.

Quando estava próximo de fazer 10 anos de idade, como já dito, em agosto de 1795, pois, como já dito, nascera em 26/12/1785 (**Nota 4**), foi admitido como cadete, no Colégio de Educação Militar que acabara de ser criado

pelo coronel Antônio Teixeira Rebelo, comandante do regimento de Artilharia da Corte, preocupado que estava com a educação e futuro dos filhos dos oficiais de sua guarnição e dos demais civis da região. Esse estabelecimento de ensino, situado em Oeiras, arredores de Lisboa, era destinado a meninos a partir de 10 anos de idade e iniciou suas atividades com 20 alunos, entre os quais Daniel Pedro que aí, como cadete, fez os seus estudos e, por decreto de 18/10/1800, foi promovido a 2º Tenente agregado da 2ª Cia de Artilharia, do regimento de Artilharia da Corte. A seguir, foi nomeado para a Tesouraria das tropas e por decreto de 28/07/1802, publicado em 03/09/1802, na Gazeta de Lisboa, foi nomeado Ajudante de Ordens do Governador da Capitania de São Paulo, Brasil, com a patente de Capitão de Infantaria. Este fato põe abaixo a notícia muito divulgada pelos historiadores brasileiros que Daniel Pedro Müller viera ao Brasil já com a patente de Tenente-Coronel, posição muito avançada para um jovem de 17 anos.

É bem verdade que a carreira militar de Daniel Pedro Müller, decerto pelo seu valor profissional e apoio familiar, foi, desde cedo, muito rápida, pois, em 01/09/1808, deu-se a sua promoção a Sargento-Mor (cargo que corresponde atualmente a Major) e, só em 13/05/1810 a Tenente-Coronel, ainda no governo de Franca e Horta, razão do engano dos historiadores ao afirmar essa patente desde o início dessa administração.

d) O Governo de Antônio José da Franca e Horta, na capitania de São Paulo:

Creemos que o governo de Franca e Horta tenha sido um bom impulso na vida profissional de Daniel Pedro Muller. Esse Governador esteve no poder de 1802 a 1811, com um hiato de quatro meses, em 1808, quando foi ao Rio de Janeiro (**Nota 1**), ao “beija-mão” do então príncipe regente, D. João VI, que acabara de chegar ao Brasil, vindo de Portugal. Não há detalhes históricos sobre esse período governamental de Franca e Horta, na Província de São Paulo. Azevedo Marques é lacônico quando cita este governo na lista de Governadores e Capitães Mores de nossa Província (**ainda Nota 1**). Quem vem ao nosso encontro para esclarecer certos detalhes é um viajante inglês, o comerciante William Henry May (**Nota 7**), que em 1810 locomoveu-se do Rio de Janeiro a São Paulo e teve contato com nossa cidade e com o governador.

Este viajante o descreve assim:

“O governador Antônio José de Franca e Horta, que também é um general de brigada, aparenta ser um homem de cinquenta e poucos anos e pertence a uma família antiga mas não de todo

nobre. *Creio que nunca encontrei uma pessoa com tão boas disposições naturais, com um bom senso tão apurado, com uma verdadeira ambição de ser útil ao seu país em tudo que for louvável e honrado, com notável sabedoria para escolher aqueles a quem vai confiar um cargo público e com um elevado grau de honestidade e independência – características que lhe garantem a estima de todos os homens bons, mas que atraem o ciúme e o rancor de alguns até mais poderosos do que ele”.*

E o viajante continua:

“Em virtude de suas qualidades, creio que ele governa a Capitania de São Paulo com justiça, sabedoria e prudência, lançando mão de todos os meios para fazê-la progredir e para trazer satisfação e felicidade aos seus habitantes – a mais valiosa conquista que um príncipe pode ambicionar. Ainda assim, o governador não é um dos favoritos na Corte. Ao contrário, os meios mais desonestos e mesquinhos têm sido usados por alguns ministros para dar uma falsa idéia dos seus honestos esforços e para minar a sua prosperidade”.

Esse depoimento é precioso para se ter idéia das agruras que o governador Franca e Horta sofria em seu mandato e as dificuldades que o nosso personagem Daniel Pedro Muller também palmilhava, em consequência, como se pode ver, na narração do viajante, a seguir:

“Na manhã seguinte, 19 de abril, vimos as tropas formarem em frente ao palácio e pudemos observar o quão superior era a aparência daqueles homens em relação aos seus congêneres que estávamos habituados a ver no Rio de Janeiro. Eram, na sua maioria, homens garbosos, notavelmente bem vestidos e limpos. O seu número não era grande, pois as tropas da cidade vêm sendo sistematicamente drenadas para engrossar as expedições que rumam para o Rio Grande. Inúmeras ordens têm sido enviadas do governo do Rio de Janeiro no sentido de recrutar todos os habitantes de São Paulo para o serviço do príncipe. O general, sabedor do inconveniente político de tal medida e das consequências que adviriam de um gesto tão arbitrário e parcial, tentou advertir as autoridades para o perigo e insensatez. A advertência, contudo, não foi ouvida e ordens ainda mais duras foram emitidas. O resultado foi que a Província perdeu alguns de seus mais valiosos habitantes, pois

cerca de 14 a 15 mil pessoas deixaram suas terras e casas para se esconderem nas matas e nos distritos vizinhos, onde estariam a salvo de tamanha tirania”.

Uma das providências pitorescas do governador Franca e Horta (**Nota 8**) sucedeu em 1810. Escrevera uma carta a D. João VI, alertando sobre os trajes que eram usados pelas paulistanas e pedindo uma medida mais drástica para sanar este “mal”.. Com um costume já de muitos anos, proibido por lei de 1649, elas ainda andavam, nas ruas, rebuçadas, com mantilhas, chales e chapéus, cobrindo o rosto. Em 1775, o governador de então (Martim Lopes Lobo) já ordenara que todas as mulheres, pobres, ricas, livres ou escravas, estariam sujeitas a andar com o rosto a descoberto, até o peito. Quem não obedecesse à tal ordem sofreria penalidades que iriam de multa à prisão. Acontece que mesmo com essa ameaça, o hábito continuava o mesmo. Comentaristas históricos acham que essa maneira de se vestir se prendia a esconder ou cicatrizes no rosto, deixada pela varíola, freqüente na época, ou à pobreza da mulher branca que, sem possibilidades de ajuda escrava, envergonhadas, se via obrigada a ir, furtivamente à noite, à rua, em busca de água das bicas públicas ou a fazer compras.

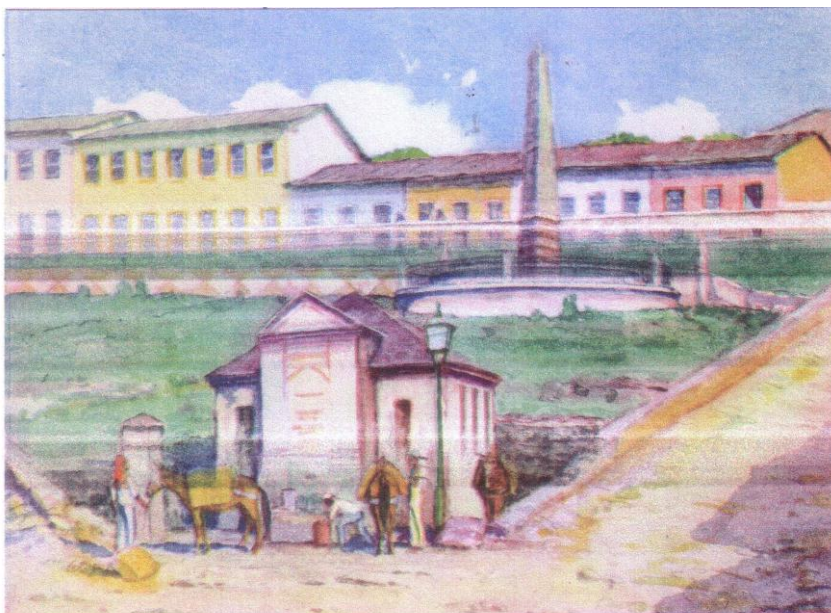
Tudo leva a crer que com a vinda da Corte para o Brasil, os administradores se tornaram mais atentos às leis e ao aparato administrativo. Por isso, Franca e Horta resolvera apresentar o problema a Sua Majestade, pedindo medidas mais drásticas contra o costume. Ele mesmo já havia tentado, com seus próprios recursos, mas não fora, no entanto, obedecido. D. João VI, em 30/08/1810, emitiu uma ordem regia proibindo as paulistas de andarem embuçadas. Desde então, o costume foi caindo lentamente em desuso.

Contamos essas passagens para mostrar que nada de fundamental ficara registrado do governo Franca e Horta, a não ser acontecimentos pitorescos como os citados acima. É bem verdade que o professor e historiador Tito Lívio Ferreira, no seu livro “Historia de São Paulo”, entra em mais alguns detalhes sobre esse período da nossa História (**Nota 9**). Em 1811, Franca e Horta foi substituído no governo da Capitania de São Paulo por Luiz Telles da Silva, Marquês de Alegrete. Este ficou no governo de nossa Capitania até agosto de 1813, quando foi transferido para o governo do Rio Grande do Sul. O interessante é que ele foi substituído então interinamente por um grupo trino, o mesmo que substituíra Franca e Horta quando este fora ao Rio de Janeiro, ao beija-mão de d. João VI, recém chegado ao país: o Bispo D. Matheus de Abreu Pereira, o ouvidor D. Nuno Eugenio de Lossio e o intendente da marinha Miguel José de Oliveira Pinto. Esse trio ficou no governo até 08/dez/1814, tendo passado o poder ao conde de Palma, D. Francisco de Assis Mascarenhas.

e) Atuações de Daniel Pedro Müller:

É incrível que até então (1814) não se tenha registrado, na história da Capitania, onde chegara em 1802, nada sobre esse valoroso militar. Mas acredita-se que o mesmo estivera em atividades desde a sua chegada. Em 1814, quando a história narra a sua atuação nas obras de melhoria da estrada para Sorocaba, já deveria estar nesse mister há muito tempo, dada a importância e tamanho da tarefa. Cremos que quando esta obra da estrada para Sorocaba chegou ao fim, ao dar uma melhor aparência ao local do início da mesma é que tenha vindo a idéia de construir o que veio a se chamar de “a Pirâmide do Piques”. É forçoso demorar nosso pensamento nessa manifestação. Muitos historiadores não vêm significado no monumento, chegando a dizer que era “a primeira obra inútil”, cuja “função não dizia respeito a nenhum aspecto prático da vida” (**Nota 10**). Injustiça maior não poderia haver; juízo de quem não reparou no significado que o monumento representa: um marco de renascimento, do impulso que estava se iniciando na história da Província. Conta-se que junto ao monumento havia originalmente uma inscrição feita no lajeado e que, com as seguidas reformas posteriores que se passaram no local, fora apagada e dizia: **”Ao zelo do bem público – Anno de 1814”**. Palavras mais que significativas, de valor perene, vindo do próprio poder público. É de se notar que após tantos anos de governo nomeado pelo Poder Real, com governadores saídos do meio nobre, um triunvirato formado por pessoal do segundo escalão, tenha dado impulso em obras fundamentais, inaugurando uma nova era na história da Capitania de São Paulo e, ainda, deixando um marco físico, bem no centro da Capital Paulista. E fazendo surgir do anonimato, uma figura de tão produtiva como Daniel Pedro Müller que até então nem sequer fora citado. Um sinal significativo e perene como tem sido.

Analisando, de melhor forma, a genial aquarela de J. Wash Rodrigues, apresentada abaixo, nota-se: **I)** O “Paredão do Piques”, obra que até hoje se mantém firme, como muro de arrimo da rua Xavier de Toledo, início da av. da Consolação, onde havia uma escarpa que impossibilitava o acesso àquela via de quem vinha da parte alta da cidade. Dizem os historiadores que essa escarpa é que deu o nome de Piques, ao local. **II)** O próprio Obelisco do Piques; **III)** O chafariz do Piques, que aproveitava as águas dos córregos Saracura e Bexiga, sobre os quais foi construída, à montante, a av. Nove de Julho, já estando estes, então, canalizados. **IV)** A saída de dois caminhos: à esquerda, a estrada que levava à Sorocaba, hoje rua Quirino de Andrade e, à direita, a Ladeira da Memória, existente até hoje, neste lugar memorável. O citado chafariz abastecia de água tanto às tropas que vinham de Sorocaba, quanto aos viajantes que partiam de São Paulo para o interior. O Largo do Piques era um ponto de aglomeração comercial e vivencial, na época.



Obelisco da Memória e Chafariz do Piques - 1.814
Obra de Daniel Pedro Muller
Aquarela de José Wash Rodrigues

Em 1919, na preparação das comemorações do Centenário da Independência do Brasil, foi preparado um projeto chefiado pelo arquiteto Victor Dubugras e o artista plástico José Wash Rodrigues. Nesse projeto, o chamado Largo da Memória recebeu algumas modificações que incluíam a construção de um chafariz, agora ornamental, o desmonte do chafariz anterior e escadas para vencerem as diferenças de nível da ladeira. Foram introduzidos painéis de azulejos, desenhados pelo próprio J. Wash Rodrigues, onde aparece o brasão da cidade, de autoria deste artista que vencera um concurso público, em 1917, em parceria com o poeta Guilherme de Almeida.

Além da estrada para Sorocaba e do Monumento da Memória, pode-se listar outras atividades importantes desse personagem notável:

e.1) Atividades Intelectuais:

e.1.a) Importação de Livros (Nota 11): Em 1818, chega ao Porto de Santos 755 livros, para uso particular de Daniel Pedro Muller. Estes livros estavam escritos em vários idiomas, a saber: alemão, holandês, português, inglês, latim, espanhol, italiano e hebraico. Os assuntos, os mais variados: Belas Letras

(17,5%); História (11,8%); Ciências e Artes (17,5%), Jurisprudência (2,6%), Teologia (23,7%), não identificados (27,3%). Por essas porcentagens, dá para sentir que Daniel Pedro Muller estava mais ligado à teologia, letras e ciências.

e.1.b) Escritos: Daniel Pedro Muller escreveu vários trabalhos sobre a forma de catecismo (doutrina elementar) da religião cristã, aritmética e geografia, mitologia, história natural e gramática da língua portuguesa. Percebe-se que a sua intenção estava mais voltada ao aprendizado das crianças e jovens, devido à falta de material didático existente na época. Consta que esses trabalhos, sem, no entanto, ter repercussão posterior, foram todos oferecidos ao Instituto Histórico e Geográfico, de que era membro, desde sua fundação, no Rio de Janeiro, em 1839 (**Nota 17**).

e.2.) Profissionais:

e.2.a) Carreira militar: (Notas 12 e 13): Já citamos, acima, as promoções recebidas por Daniel Pedro Muller, desde que chegara ao Brasil: em 01/09/1808, Sargento-Mor. Depois, em 13/05/1810, Tenente-Coronel; em 1811, tendo terminado o Mandato do governador Franca e Horta, foi transferido para o Real Corpo de Engenheiros; em 1818, graduado a Coronel, sendo que a promoção só de deu em 1819; em 1821, aclamado pelo povo e tropa, foi membro do governo provisório da Província de São Paulo; nesse ínterim, marchou com forças da capital para reprimir uma insurreição que se deu em Santos: em 1825, graduado a Brigadeiro, participou da guerra movida pelo Império Brasileiro contra a Argentina (Buenos Aires) atuando, em Montevidéu, como ajudante-general e comandante da praça; em 1827, regressando ao Brasil foi então nomeado Governador da Fortaleza de Santa Cruz. Em 1829, a seu pedido, reformou-se, no posto de Marechal de Campo.

e.2.b) Obras de engenharia:

e.2.b.1) A já citada estrada para Sorocaba, com início no Largo da Memória e que nos deixou, como referência, o pequeno monumento conhecido como a Pirâmide do Piques ou da Memória, aqui já comentado;

e.2.b.2) A ponte do Carmo, sempre citada pelos historiadores, mas sem maiores referências. Certamente nas proximidades da Igreja do Carmo e sobre o rio Tamanduateí, onde hoje está o início da av. Rangel Pestana.

e.2.b.3) O Aterrado de Cubatão (Nota 14): Este local, entre a Serra do Mar, verdadeira muralha, e o Porto de Santos, impunha sérias dificuldades para a

circulação de materiais e do pessoal que necessitava vencer esta etapa da viagem, nos afazeres do comércio (de açúcar, principalmente) que, na época, estavam em franco progresso. Cubatão era local obrigatório de passagem, onde se realizava transbordos, pagamento de taxas, registro de passagem de pessoas e mercadorias. O acesso a Santos era feito, com excessiva dificuldade, por via fluvial, que só deixou de sê-lo, com a construção desse aterrado. A região era cortada por vários rios, além do mangue que se estendia pela região toda. Já houvera (1798) tentativas anteriores de se fazer obras na região. Mas devido ao excessivo calor, mosquitos, insalubridade, dificuldades técnicas e financeiras, tornaram o empreendimento inviável. Em 1827, sob o comando de Daniel Pedro Muller é que foi possível levar o empreendimento à frente. Foi necessária a construção de quatro pontes para vencer os rios que lá existiam e o aterro, com uma enormidade de terra e pedras, retiradas dos morros adjacentes. Mas o refazimento constante da obra era frequente, devido ao afundamento e recalques do terreno, ainda mais prejudicado por marés e avanço dos rios sobre a área, causando grandes prejuízos financeiros. A obra teve de extensão 13 quilômetros. Cubatão sofreu decadência com essa obra, dada a passagem mais fácil e rápida pela região, somente se recuperando, desde a segunda década do Século XX, com a instalação em sua área de inúmeras indústrias, demais instalações e finalmente com a implantação da Via Anchieta.

e.2.b.4) A nova sede do Hospital da Santa Casa: (Nota 15): Em 1832, o Hospital da Santa Casa funcionava em um edifício, na antiga Chácara dos Ingleses, na entrada da cidade, para quem vinha de Santos, pelo Caminho do Mar; região que corresponde atualmente ao bairro da Liberdade, na parte próxima ao Centro. Ali se concentrava uma série de instalações que o Poder Público considerava ligadas entre si, como o Cemitério dos Aflitos, onde eram enterrados os escravos, pobres e sentenciados de morte e, próximo dali, estava instalado, também, no Morro da Forca, atual Largo da Liberdade, o patíbulo. Como o Hospital da Santa Casa atendia basicamente pobres e escravos, é compreensível essa distribuição de instituições próximas umas das outras, o que facilitava os enterros, em caso de necessidade. Mesmo a Casa da Pólvora fora erguida, em 1785, onde hoje é o Largo do mesmo nome, próximo a área atrás descrita. Como o edifício do Hospital da Santa Casa estava longe das condições de funcionamento necessário, o Marechal de Campo Daniel Pedro Muller foi solicitado a apresentar um “risco” (projeto gráfico) para um novo nosocômio, que viria a substituir o primeiro. Este, no entanto, não se afastou fisicamente do antigo local, ficando em um canto da mesma Chácara dos Ingleses, onde hoje se encontra a rua da Glória, no citado bairro da Liberdade. Infelizmente, o projeto não se afastou também das antigas condições hospitalares, com a única vantagem de estar instalado em um único pavimento (figura abaixo), ao passo

que o antigo prédio era residencial (que servira, inclusive, de morada à Marquesa de Santos, quando conhecera D. Pedro I) e possuía, para dificultar a sua utilização, dois pavimentos. Nesse novo hospital foi estabelecida a chamada, na época, “Roda”, onde eram recebidas crianças enjeitadas e ali mantidas até completarem sete anos de idade, quando seriam transferidas para Seminários, onde seriam educadas até “tomarem estado”, isto é, as moças se casarem ou tornarem-se freiras, e os rapazes padres ou arranjam emprego. Inaugurado em 1840, a instituição funcionou até que, em 1875, um relatório revelou que a situação desse Hospital era calamitosa.



e.2.c) Outras atividades técnicas:

e.2.c.1) Levantamento da População da Província (Nota 16): Na segunda metade da década de 30, do século XIX, Daniel Pedro Muller, então Marechal de Campo, foi chamado para organizar a estatística da Província de São Paulo. O levantamento de dados se deu entre 1835 e 36, sendo que os resultados foram publicados em 1838 com o título **“Ensaio d’um quadro estatístico da Província de São Paulo”** Nele, Daniel Pedro Muller apresentou organizada e sistematicamente os resultados do levantamento efetuado. O Índice Geral desse trabalho já indica de saída a riqueza das informações contidas no trabalho que dá um panorama geral e detalhado, histórico, geográfico, social, administrativo,

comercial, religioso, escolar da Província; uma mostra do talento, competência e intelecto de Daniel Pedro Muller.

e.2.c.2) Mapa Corográfico da Província de São Paulo: Fato interessante de se notar (**Nota 17**) é que a Lei de 1835 que criou o citado levantamento estatístico da Província de São Paulo nada fala de confecção de mapa desta Província. No entanto, esta obra gráfica foi produzida dentro da mesma atividade, por Daniel Pedro Muller, e mandada oficialmente ser editada em Paris, como fazendo parte do serviço. Esse Mapa teve uma repercussão tal que empanou o próprio levantamento estatístico. Consta que, em 1815, quando transferido para o Real Corpo de engenharia (**Nota 13**), Müller já havia sido encarregado de um levantamento do gênero, isto é, o da Comarca de Curitiba e Campos de Guarapuava, o que reforça o bom nome e a consideração que se tinha sobre essa pessoa, com a repetição da encomenda, no mesmo sentido.

e.2.c.3) O Gabinete Topográfico (Nota 18): Em 1836, foi criado em São Paulo o Gabinete Topográfico. Nasceu da necessidade que a Província tinha de engenheiros. Já possuíamos uma rede de estradas que necessitavam de reparos, melhoramentos, conservação, construção de pontes e terraplanagem, em geral. Devido à produção agrícola da Província, que atravessava uma fase de crescimento e forçava um escoamento cada vez maior, tornavam-se necessárias novas obras e, conseqüentemente, profissionais de engenharia para executá-las. A princípio, essas obras de engenharia eram providenciadas pelos municípios, mas como se avolumavam, exigindo recursos, a tarefa passou para o governo da Província que criou, em março de 1835, a “Lei das Barreiras”, com a aplicação das rendas provindas desta nas obras de conservação e ampliação dos caminhos provinciais. À frente desse **Gabinete Topográfico** foi nomeado o então reformado Marechal de Campo Daniel Pedro Muller, com sua formação escolar em Lisboa, com o conhecimento prático de obras em estradas e de outras atividades na Província e com o aprendizado adquirido com o já aqui relatado levantamento estatístico. Essa nova organização possuía uma Escola com disciplinas similares às aplicadas na França. No entanto, esse Gabinete Topográfico não teve a continuidade desejada pois após alguns anos, em que não há registro sobre ele, foi emitida nova lei, em março de 1840, que o re-instalou. Ao que parece estava havendo problemas políticos em sua organização e comando. Tanto que, por essa ocasião, o Governador propôs a criação de uma diretoria de obras públicas, onde seriam feitos os orçamentos e detalhes das obras julgadas necessárias para a Província. Em agosto de 1841, dá-se a morte trágica de Daniel Pedro Muller que comentaremos a seguir. Seria o acaso de perguntarmos se essa morte não estaria também ligada um tanto ao desenvolvimento incerto e lento desse Gabinete Topográfico. E a falta de

profissionais de engenharia continuou por longo tempo após, quando esses profissionais, apesar dos alunos do Gabinete serem da ordem de vinte e tantos matriculados, estarem sempre sendo solicitados pelo Governador à Corte, situada no Rio de Janeiro. A partir daí não há mais referências históricas sobre esse Gabinete Topográfico. Mas fato notável foi que na ocasião da criação da **Escola Politécnica de São Paulo**, em 1893, o seu fundador e primeiro diretor, Antônio Francisco de Paula Souza disse, se referindo à idéia de criação de um instituto de Ensino de Engenharia: “Nossos avós já a tinham e tentaram realizá-la”, afirmando: “como se pode ver pelo surgimento, em 1835, do **Gabinete Topográfico**, uma escola de engenheiros construtores de estradas que, após várias mudanças, acabou sendo extinta em 1849” (**Nota 20**).

f) Casamentos e filhos de Daniel Pedro Muller (Nota 4):

Casou-se duas vezes, no Brasil, sendo que deixou seis filhos, paulistas, todos do primeiro casamento com D. Gertrudes Maria do Carmo, a saber:

- . D. Carolina Muller que se casou com o Coronel Leandro Mariano das Dores;
- . D. Guilhermina Muller (falecida em 14/08/1873) que foi casada em primeiras núpcias com o Major Francisco Manuel das Chagas, com geração, e em segundas núpcias como Brigadeiro Henrique de Beaurepaire Rohan.
- . D. Emília Muller que se casou com o português Manuel José de Faria, residentes no Rio de Janeiro;
- . D. Augusta Henriqueta Muller que se casou com o desembargador Dr. Antônio Ladislau de Figueiredo Rocha, residentes na Bahia.
- . D. Elisa Muller que se casou com o Dr. Felizardo Pinheiro de Campos, residentes no Rio de Janeiro;

Daniel Pedro Muller Filho faleceu solteiro, com 25 anos, em 1842, oficial da Guarda Nacional.

A segunda esposa de Daniel Pedro Muller foi D. Maria Fausta de Castro.

Pouco se sabe da descendência de Daniel Pedro Muller. Somente é citado o Barão de Itaipu, Francisco Manuel das Chagas Dória (28/10/1829 – 05/10/1909), como seu descendente. Neto de Daniel Pedro, filho que era de Guilhermina Muller, com o seu primeiro marido, Major Francisco Manuel das Chagas (**Nota 20**). Casou-se com a paraense Maria Amélia Seabra e teve dois filhos. Foi Promotor Público em Curitiba e Cabo Frio e Procurador Fiscal da

Secretaria da Fazenda do Pará. Também Oficial de Gabinete do Ministro da Guerra, em 1865, onde permaneceu por 49 anos. Barão pelo Decreto Imperial, de 1889. Existe no Rio de Janeiro, no bairro de Andaraí, uma rua em sua homenagem. Silva Leme, em sua obra genealógica, pouquíssimos registros tem sobre os Muller. Somente no Vol. 6, pág. 501, itens 9-1 e 10-3 e no Vol. 9, pág. 174, item, 8-5 aparecem casamentos de Mullers com pessoas, estas sim, de ascendências declaradas.

g) O falecimento de Daniel Pedro Muller:

Sua morte deu-se tragicamente: foi encontrado morto, nas águas do rio Pinheiros, afogado, em 1º. de agosto de 1841, fato tornado público pelo Jornal “Diário do Rio de Janeiro”, nº 193, de 30/08/1841 (**ainda Nota 18**). Azevedo Marques (**Nota 1**) causou dúvidas sobre a data dessa morte, pois afirmou ter sido em 01/08/1842. No entanto, há três documentos que vêm posicionar de melhor forma essa data: o primeiro, um ofício de 06/08/1841, do Presidente da Província de São Paulo, encaminhado ao Imperador, participando “o lastimoso” fim do Mal. de Campo Daniel Pedro Muller; o segundo, um aviso, de 18/08/1841, do então Ministro da Guerra, José Clemente Pereira, narrando ter ele levado ao conhecimento do Imperador o ofício atrás citado e que a notícia **“o tinha muito sensibilizado”**; o terceiro, um ofício de 08/01/1842, no qual o Presidente da Província, ao encaminhar o mapa desenhado por Daniel Pedro, já o declarava morto, o que confirmava, mais uma vez o ano do acontecimento, como 1841. O incidente foi tido como suicídio por causas não identificadas. No entanto, o inventário de Daniel Pedro Muller deixa ver que ele estava endividado de uma quantia de 3:270\$000, devendo, inclusive, para o Presidente da Província (ago/40 a jul/41), Rafael Tobias de Aguiar, a quantia de 600\$000,00. Daniel Pedro narra que no afã de levantar recursos para saldar essa dívida, passou a produzir os seus trabalhos que chamava de “literários”. Mas um tal Faria (**Nota 21**), homem por certo de sua confiança, o querendo obsequiar, sem previsão, foi mandando imprimir a obra produzida, o que fez aumentar ainda mais as dívidas, uma vez que a entrada do rendimento correspondente nem sequer estava prevista e providenciada. Ele termina: “Eis aí como ocorreu a minha desgraça, desejando fazer bem a minha casa, fiz tanto mal”. No inventário de Daniel Pedro Muller, entrou a chácara onde ele morava, no atual bairro de Pinheiros, com 400 mil metros quadrados, com o nome de “Água Branca” Esse dado, sendo fornecido sem detalhes, pode fazer pensar que se trata do famoso local paulistano do bairro de Perdizes, mas que o torna inviável, dada a distância que este fica do Rio Pinheiros. Como a morte de nossa personagem se deu próxima à uma antiga ponte sobre esse rio, acreditamos que a propriedade “Água Branca” ficaria próxima de onde hoje em dia está a ponte “Euzébio Matoso”, na área que vai da

Marginal do Rio Pinheiros até a av. Faria Lima e da av. Rebouças até a rua Butantã que, por coincidência tem aproximadamente 400 mil metros quadrados.

E assim findou a luminosa trajetória de Daniel Pedro Muller, o menino que nascera no mar, na Europa, e que, ironicamente, veio terminar os seus dias, tragicamente, mergulhado no rio Pinheiros, na Cidade de São Paulo, SP, Brasil. É de se admirar a pouca importância que se dá a uma personagem tão notável quanto Daniel Pedro Muller, pois a Prefeitura, em vez de deixar de incensar políticos de pouco mérito, dando os nomes destas a avenidas de destaque, deveria prestigiar personagens como o aqui descrito; somente deu o nome de nosso herói a uma pequena rua, sem destaque, no Itaim Paulista, extremo leste do município. Ainda bem que esta rua modesta margeia o CEU – Centro Educacional Unificado “Parque Veredas, unindo a memória de Muller à educação, uma de suas preocupações em vida.

A História é um colar de contas, devidamente enfileiradas, mantidas por um cordão que sustém o conjunto, contínuo, disciplinado e personalizado. No final do século XVIII e boa parte do século XIX, Daniel Pedro Muller fez parte importante desse cordão que conduzia as contas da História de São Paulo, com sua notável formação profissional, conhecimentos, eficiência, personalidade e realizações.

Notas referenciais:

Nota 1: Azevedo Marques (Manoel Eufrazio de) – “Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo”, Typographia Universal, Rio de Janeiro, 1879, pág. 113 e 114.

Nota 2: Diogo de Paiva e Pona: Este eminente genealogista português colaborou grandemente com a elaboração deste artigo, levantando preciosos dados históricos e genealógicos em Portugal, inclusive no **Colégio Militar de Lisboa**, onde Daniel Pedro Müller teve a sua formação profissional. Deve-se a estas informações preciosas, o esclarecimento de muitos pontos obscuros e equivocados, na história inicial deste nosso personagem, que ora delineamos.

Nota 3 : “Breve História de Portugal Ilustrada” de José Herman - Saraiva (Livraria Bertrand).

Nota 4: Boletim da Junta de Província (EXTREMADURA), Série II ~ NÚMERO XVIII, 1948 – Esse boletim traz “ *Notas genealógicas acerca de algumas das mais antigas famílias de origem germânica fixadas na*

Extremadura portuguesa”, com detalhada informação, nas páginas 313 a 320, sobre a família Müller.

Nota 5: Márcia Azevedo Abreu: Artigo: “Livros ao Mar – Circulação de obras de Belas Artes entre Lisboa e Rio de Janeiro, no tempo da transferência da Corte para o Brasil” – 2007.

Nota 6: Laurentino Gomes: “1808”, pag. 80 – Editora Planeta do Brasil, 2007.

Nota 7: “Diário de uma viagem da Baía de Botafogo à cidade de São Paulo” (1810), William Henry May – Editora J. Olímpio, 2006 – 97 páginas.

Nota 8: “Informativo do Arquivo Histórico Municipal”, Ano 3, nº 17, março/abril/2008.

Nota 9: “História de São Paulo”, Tito Lívio Ferreira (2 volumes), Editora Gráfica Biblos Ltda, São Paulo.

Nota 10: Roberto Pompeu de Toledo, “A Capital da Solidão”, Editora Objetiva, 2003.

Nota 11: “Luzes nas Bibliotecas de Francisco Agostinho Gomes e Daniel Pedro Muller, dois intelectuais Luso-Brasileiros”, Lúcia Maria Bastos P. Neves, Universidade do Rio de Janeiro.

Nota 12: “Carreira Militar de Daniel Pedro Muller”, informações de Diogo de Paiva e Pona, historiador e genealogista português, em 19/12/2013.

Nota 13: Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (G.E.P.B): Vol. 18, pág. 113. Esta obra diz, que ao contrário de todos os irmãos, cujos registros de nascimento e batismo se encontram nos livros correspondentes da Congregação Evangélica Alemã, em Lisboa, o de Daniel Pedro Muller não se encontra ali. Mas declara que há vários registros em outros documentos, a saber: **a)** A “**Revista Semanal de São Paulo**”, de **23 – VIII – 1941**, no artigo: “O Marechal Daniel Pedro Muller”, diz que o nascimento foi em 25 – 12 -1786; **b)** **O Arquivo Militar**, no livro-mestre, diz ser esta data 26 –XII – 1785; **c)** **O livro de Laurênio Lago**, Brigadeiro e General de D.João VI, no Brasil, diz ter, o nosso personagem, nascido em 1769; **d)** **Em um documento antigo**, lê-se a data como 01-01-1785.

Nota 14: “A incrível odisséia da construção do Aterrado de Cubatão” - AMBIENTEBRASIL, Álvaro Rodrigues dos Santos, Geólogo e Consultor em Geologia de Engenharia e Geotecnia.

Nota 15): “Hospitais Paulistanos: do século XVI ao XIX” – Informativo – Arquivo Histórico de São Paulo - Eudes Campos, Pesquisador da Seção Técnica de estudos e Pesquisas.

Nota 16: “Levantamentos de população publicados da Província de São Paulo, no século XIX”, Maria Sílvia C. Beozzo e Carlos de Almeida Prado Bacellar, Revista Brasileira de Estudos de População, vol 19, nº 1, jan/jul/2002.

Nota 17: “Daniel Pedro Müller e seu Mappa Chorographico da Província de São Paulo”, José Rogério Beier, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Nota 18: “Profissionais das obras públicas na Província de São Paulo, na primeira metade do século XIX: atuação no campo da Engenharia Civil”, Ivone Salgado, Professora Titular da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Nota 19: “ESCOLA POLITÉCNICA – 100 ANOS”, Editora EXPRESSÃO E CULTURA, 1993.

Nota 20: Barão de Itaipu – Wikipédia.

Nota 21: Talvez este **Faria** seja o próprio genro de Daniel Pedro, Manuel José Faria, casado com a sua filha Emília Muller.